

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAIO FELIPE MARQUES DE SOUZA BARBOSA

OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
BRASILEIRO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: ANÁLISE DAS  
POLÍTICAS ADOTADAS À ÉPOCA DO NACIONAL-  
DESENVOLVIMENTISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO

RECIFE

2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAIO FELIPE MARQUES DE SOUZA BARBOSA

**OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
BRASILEIRO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: ANÁLISE DAS  
POLÍTICAS ADOTADAS À ÉPOCA DO NACIONAL-  
DESENVOLVIMENTISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO**

**Trabalho de conclusão de curso como  
exigência parcial para graduação no curso  
de Relações Internacionais, sob orientação  
da Prof. Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva**

RECIFE

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

B2381 Barbosa, Caio Felipe Marques de Souza.  
Os limites do desenvolvimento econômico brasileiro no contexto Latino-Americano: análise das políticas adotadas à época do nacional-desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo / Caio Felipe Marques de Souza Barbosa. – Recife, 2019.  
46 f. : il.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Helena Ferreira da Silva.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.  
Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento econômico. 2. América Latina. 3. Nacional-desenvolvimentismo. 4. Neodesenvolvimentismo. I. Silva, Joyce Helena Ferreira da. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.2-407)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CAIO FELIPE MARQUES DE SOUZA BARBOSA

**OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
BRASILEIRO NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO: ANÁLISE DAS  
POLÍTICAS ADOTADAS À ÉPOCA DO NACIONAL-  
DESENVOLVIMENTISMO E NEODESENVOLVIMENTISMO**

Aprovada em 13/12/2019

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Me. Bianor da Silva Teodósio Neto - Faculdade Damas

---

Prof. Me. Rodolfo Ramirez Soto - Faculdade Damas

---

Prof. Dra. Joyce Helena Ferreira da Silva - Faculdade Damas

RECIFE

2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pela força e perseverança que ele me deu durante esses quatro anos de graduação e também, mais do que nunca, na confecção deste trabalho.

Agradeço a minha mãe Danielle, pelo seu amor, persistência, incentivo e por sempre acreditar em mim.

À minha avó, Ceia, por todo amor e proteção.

Aos meus tios, Charles e Júnior, que me criaram e educaram.

À minha irmã, Lívia, pelo companheirismo e amor.

Agradeço ao meu padrasto, Anderson, pelo seu amor, amizade e suporte.

À Thalita pelo seu companheirismo, compreensão e amor. E também a sua família pelo acolhimento e amizade.

Agradeço aos meus amigos do G8. Sem a amizade e o comprometimento de vocês o caminho da graduação teria sido mais difícil.

Agradeço ao Programa Universidade para Todos que me concedeu bolsa de estudos integral e me ajudou a realizar um sonho.

Agradeço a Faculdade Damas da Instrução Cristã, instituição da qual tenho orgulho, por seus valores e estrutura. Agradeço também aos docentes pelo comprometimento, exemplo e excelência.

Agradeço a minha orientadora, Joyce Helena, principalmente pela paciência, sugestões e elogios nas correções que me deram sempre mais um incentivo.

E a todos que em algum momento me incentivaram, compartilharam conhecimento, me fizeram rir e tornaram a minha vida mais agradável nesses quatro anos, o meu muito obrigado.

## RESUMO

Apresentando a forma de inserção econômica do Brasil desde a colônia até os governos Lula da Silva (2003-2011), o trabalho analisa os fatores que promoveram a manutenção do Brasil e da América Latina na condição de periferia internacional; as políticas adotadas nos períodos do nacional-desenvolvimentismo e do neodesenvolvimentismo que contribuíram ou brecharam o desenvolvimento econômico; utiliza das correntes teóricas regionais, como o estruturalismo cepalino, para explicar a problemática da subordinação; analisa de forma comparada as políticas adotadas nos paradigmas, fato necessário para que se identifique continuidades, descontinuidades, logros e fracassos.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; América Latina; nacional-desenvolvimentismo; neodesenvolvimentismo.

## **ABSTRACT**

Presenting the form of economic insertion of Brazil from the colony to the Lula da Silva governments (2003-2011), the paper analyzes the factors that promoted the maintenance of Brazil and Latin America as an international periphery; the policies adopted in the periods of national developmentalism and neo-developmentalism that contributed or hampered economic development; uses regional theoretical currents, such as CEPAL structuralism, to explain the problem of subordination; comparatively analyzes the policies adopted in the paradigms, a fact necessary to identify their continuities, discontinuities, achievements and failures.

Keywords: economic development; Latin America; national developmentalism; neo-developmentalism.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 A GÊNESE ECONÔMICA INTERNACIONAL DA AMÉRICA LATINA.....	10
2.1 INSERÇÃO PRIMÁRIO-EXPORTADORA.....	12
2.2 ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO .....	16
2.3 TRANSIÇÃO AO DESENVOLVIMENTISMO .....	18
3 O DESENVOLVIMENTISMO .....	24
3.1 MODELO AUTONOMISTA .....	28
3.2 EM BUSCA DE UMA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO .....	31
3.3 DESACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO.....	33
4 O NEODESENVOLVIMENTISMO.....	36
4.1 NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO ÀS AVESAS DO GOVERNO LULA.....	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
6 REFERÊNCIAS .....	43

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca entender a posição de subordinação brasileira e da América Latina no cenário internacional. Faz uma análise do contexto histórico pré nacional-desenvolvimentismo, do próprio e de suas políticas, e do chamado neodesenvolvimentismo, nomenclatura que surge vinte anos após o fim do primeiro paradigma abordado.

O desenvolvimento econômico e social pós-guerra alternou estágios de avanço e estagnação nas políticas públicas institucionais. Ocorreram booms comerciais, diferentes regimes políticos, interpretações e abordagens variadas nas políticas econômicas e sociais, crises geradas endogenamente ou por causa da economia mundial. Esse conjunto de fatores formou, historicamente, o que é a economia e sociedade brasileira (GIAMBIAGI et al., 2010).

O trabalho tem como princípio uma abordagem teórica, necessária, inicialmente, para contextualização da formação das relações internacionais entre o Brasil e o bloco latino-americano, muito bem abordada por Amado Cervo (2007), no que diz respeito à atuação diplomática e política, que acaba por reverberar na econômica; Celso Furtado contribui principalmente no espectro econômico com suas obras *Formação Econômica do Brasil* (1959), *Formação Econômica da América Latina* (1970) e *A economia latino-americana* (2007).

A obra de Cervo analisa a inserção internacional dos países latino-americanos no período que se inicia nos princípios do século XIX chegando até os dias de hoje. Tendo como base principalmente o caso brasileiro, mas não deixando de comentar as experiências de outros países, o autor identifica e descreve os quatro paradigmas norteadores da formulação da política externa destes ao longo de dois séculos (CERVO, 2003).

A análise histórico-estrutural da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) também é imprescindível na construção deste trabalho, afinal, aborda como as instituições e estruturas produtivas herdadas moldam a dinâmica

econômica dos países em desenvolvimento e geram comportamentos diferentes ante os países mais desenvolvidos.

O trabalho se desdobrará pelas políticas econômicas adotadas pelo Brasil, precisamente o nacional-desenvolvimentismo e o neodesenvolvimentismo “às avessas”, esse termo, por sua vez, cunhado de maneira crítica pelo cientista econômico Reinaldo Gonçalves ante o posicionamento de alguns analistas que viam no neodesenvolvimentismo traços de semelhança ou continuidade em relação ao nacional-desenvolvimentismo.

Gonçalves (2012) aborda a inversão dos eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo, onde ele constata: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional e crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política.

A pesquisa será efetuada por meio do método qualitativo, através da análise de dois momentos distintos da economia-política brasileira, visando esclarecer o ponto de partida dessa investigação, o próprio problema de pesquisa. O estudo também é naturalmente explicativo, pois busca identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos abordados (GIL, 2002). O objeto de estudo deste trabalho será baseado nas ideias e teorias de especialistas que têm uma importância significativa na definição e construção dos conceitos discutidos nesta análise: desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, teoria da dependência, economias brasileira e latino-americana de forma geral. Para esse fim, esses objetos serão estudados em fontes de origem primária e secundária, dada a utilização de artigos, dissertações, relatórios técnicos, bem como de livros e manuais. Através dessa pesquisa bibliográfica, será feita a análise do debate conceitual-analítico entre as ideias desses autores, análogos aos objetivos, visando construir uma análise científica deste objeto de estudo.

## 2 A GÊNESE ECONÔMICA INTERNACIONAL DA AMÉRICA LATINA

O desenvolvimento econômico é um projeto da modernidade, visando o progresso e tende a ser perseguido pelos Estados. A manutenção deste é uma das principais garantias de sua própria existência. Caracteriza-se geralmente pela adoção de novas tecnologias, pela transição da agricultura para a indústria e pela melhoria geral nos padrões de vida.

Tendo a Revolução Industrial como marco na questão do desenvolvimento econômico, entende-se que ela foi responsável por alterar a forma como o homem se relaciona com os meios de produção, levando à estruturação de um setor produtivo especial. O próprio nome leva a crer que é uma transformação da estrutura econômica em prol do setor industrial, mas não se restringe somente a isso. Quando se fala em Revolução Industrial a mudança é holística e sistêmica, mudando não só as condições de produção, mas também a forma como a sociedade se relaciona com esse novo aparato produtivo (GIAMBIGI et al., 2011).

Nesse período o Brasil ainda era uma colônia de Portugal, e cabia a estas colônias fornecerem os insumos necessários para a expansão da produção industrial naqueles países que detinham a expertise tecnológica, denominados de centro. Estes países do centro não achando suficiente fornecer seus produtos apenas para o seu mercado interno, passam a buscar no mercado externo um potencial consumidor. Então, além de obterem insumos baratos produzidos nas colônias, agora tinham nessas um mercado consumidor para exportação de mercadorias e capital. Esse é o ponto de partida da chamada Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Falar em Divisão Internacional do Trabalho pressupõe interdependência, pela associação entre diversas partes do mundo e a forma como essas partes se relacionam. Mas, mais do que isso, trata-se da coordenação econômica, política, social e institucional dessas interações.

É preciso deixar claro que, em termos de uma DIT da interdependência que surge, há associado a isso, uma clara posição de liderança, exercida por um país ou por um conjunto de países. Essa liderança é a que se responsabiliza por ditar as

regras para todo o resto do sistema econômico mundial. O sistema econômico mundial, portanto, é liderado por esse centro propulsor de crescimento.

Esse centro foi a Inglaterra por bastante tempo devido a seu pioneirismo: transformação dos cercamentos em propriedades privadas, mecanização da agricultura, constituição das fabriquetas e posteriormente fábricas de tecidos, descoberta das propriedades da máquina à vapor, transformação da máquina à vapor para a indústria metalúrgica e siderúrgica, e consequente espraiamento da capacidade do poderio econômico inglês (naval e territorial). Também se inclui a constituição de novos mercados e, portanto, ativação de uma periferia mais ampla, se estabelecendo uma DIT liderada pela Inglaterra, a qual era acionada sempre que se fazia necessário obter insumos e mercados para o que se produzia.

É do interesse, portanto, dos países do mundo não só fazerem parte deste sistema instituído a partir da Inglaterra e do conjunto de países pioneiros na revolução industrial, como também que esse conjunto de países apresente uma dinâmica positiva de crescimento. Quanto maior a dinâmica de crescimento desses países de centro, melhor para os países periféricos como os da América Latina; é onde entra a interdependência, um sistema econômico em escala mundial que conecta as partes.

Com a Revolução Industrial a Inglaterra passou a possuir dez vezes mais a renda per capita que o mundo tinha antes da revolução, enquanto que o resto do mundo se manteve no mesmo patamar. Feita essa diferenciação, o crescimento da Inglaterra representa o crescimento do resto do mundo, ou seja, o crescimento dela amplia a demanda por produtos que a periferia está habilitada a fornecer e é isso que define a inserção da América Latina nessa lógica de Divisão Internacional do Trabalho. (OLIVEIRA, 2003)

## 2.1 INSERÇÃO PRIMÁRIO-EXPORTADORA

São três os tipos de economia exportadora de matérias-primas, levando em consideração características de planta-solo-clima. Esses tipos são: “a) economia exportadora de produtos agrícolas de clima temperado, b) economia exportadora de produtos agrícolas tropicais, e c) economia exportadora de produtos minerais”. (FURTADO, 1970, p. 97).

**Quadro 1 – Padrões de inserção primário-exportadora latino-americana.**

	Produtos Agrícolas de Clima Temperado (1)	Produtos Agrícolas de Clima Tropical (2)	Produtos Minerais (3)
Concorrência	Características similares a dos países da fronteira econômica europeia: concorrência levava a um continuado avanço técnico e elevadas taxas de crescimento	Inserção em concorrência com outras colônias e com a região escravista dos EUA, contribuindo para formação de preços sob influência dos baixos salários	Avanços ocorreram com características de complementaridade: baixa das tarifas de transporte e expansão das indústrias mecânicas
Técnicas de produção	Uso extensivo da terra: boa qualidade possibilitou alta rentabilidade e conversão dos excedentes de produção em algumas indústrias	Qualidade restrita da terra e da falta de capacidade de criação de novas técnicas limitou a expansão para novas áreas de povoamento	Produção em grandes unidades controladas por capital estrangeiro e administradas no exterior, desvinculando a economia interna do principal fluxo de renda do país, gerado por uma atividade altamente capitalizada
Mercado interno	Sistema de transporte unificava o mercado interno em torno dos portos de exportação, com destaque para Buenos Aires	Havia centralidade nos portos de exportação, mas aportes em construção de infraestrutura não foram significativos	Insumos importados e reduzido fluxo de salários deixavam pouca contribuição para a formação do mercado interno. Infraestrutura especializada, sem efeitos para o conjunto do sistema econômico
Países	Argentina e Uruguai	Brasil (exceção: café em SP), Colômbia, Equador, América Central, Caribe, México e Venezuela	México, Chile, Peru, Bolívia e Venezuela
	Impacto da crise de 1929 e da desorganização do comércio internacional		

	durante a Grande Depressão		
	<p>Demanda: elasticidade-renda baixa (mais ou menos constante)</p> <p>Oferta: elástica (áreas plantadas podiam ser reduzidas)</p> <p>Grau de organização de mercado: alto, em virtude da concorrência com os países desenvolvidos</p>	<p>Demanda: inelástica em função da renda</p> <p>Oferta: inelástica (dificuldade em adaptar-se a novas condições de mercado eleva sensibilidade a reduções imprevistas nos preços)</p> <p>Grau de organização de mercado: baixo e escravocrata, sem intersectorialidade</p>	<p>Demanda: elástica, queda de produção industrial do centro e consequente liquidação de estoque provocaram suspensão</p> <p>Oferta: elástica, colapsada em virtude da pouca demanda, sendo este o pior dos 3 cenários</p> <p>Grau de organização de mercado: vulnerabilidade da economia nacional face ao fraco desempenho das "ilhas de excelência produtiva"</p>

Fonte: FURTADO, 1970. Elaboração própria.

(01) Concorrência: acirrada em função da similaridade com a Europa. Esses países têm um padrão concorrencial similar ao dos países europeus (que são produtores de bens de clima temperado). Essa similaridade com a Europa acirra a concorrência desses países;

Técnicas de produção: vincula-se à concorrência porque quanto mais concorrência, mais esforço técnico e produtivo necessário para se posicionar de forma competitiva no mercado. As técnicas, portanto, foram introduzidas em um patamar um pouco mais avançado nesses países, permitindo o uso extensivo da terra;

Mercado interno: vinculação entre o território que produz e o local de escoamento da produção, unificando o porto à periferia de produção desses países. O sistema de transportes unificava o mercado em torno da atividade de exportação.

(02) Concorrência: não existia na Europa características favoráveis (planta-solo-clima) como as brasileiras a certos tipos de produtos (ex.: açúcar). Neste caso, o Brasil só encontraria concorrência em outras colônias, classificando então em uma

concorrência pouco acirrada, restrita a certas colônias. Ex.: algodão brasileiro concorria com o do sul dos Estados Unidos da América;

Técnicas de produção: eram relativamente similares. Como consequência disso, e do quadro social vigente, os salários pagos eram baixos ou inexistentes, ou seja, mão de obra precária e/ou escravizada. Espelhamento do produto de clima temperado com uso intensivo da terra;

Mercado interno: também havia centralidade dos pontos de exportação, posição litorânea da maioria das capitais e constituição de infraestrutura precária em torno do porto.

(03) Concorrência: Produtos que complementavam os interesses existentes dos países centrais, ou seja, relação de complementaridade com o aporte produtivo que esse conjunto de países entregava na DIT;

Técnicas de produção: essa complementaridade permitiu que os avanços que ocorreram, fossem, na maior parte dos casos, consorciados. Era de grande interesse dos países centrais instalar unidades extrativas de produtos minerais na periferia com grandes empresas/unidades de produção. Ou seja, eles mesmos se responsabilizavam por instalar a empresa de extração, como por exemplo, pela empresa que extrairia o petróleo e posteriormente pela empresa para extração do cobre, sal, etc. Os países periféricos sediaram as principais unidades produtivas da América Latina à época;

Mercado interno: por serem controladas por capital estrangeiro, as relações dessas empresas eram muito mais afeitas à dimensão internacional com os países que detinham suas matrizes, e havia rarefeita relação entre essas grandes unidades extratoras de produtos minerais e o mercado/economia interna.

Não existia, portanto, transbordamento; a capacidade produtiva dessas unidades estava restrita à atividade de extração dos produtos minerais. Não existindo transbordamento de técnicas de produção, existiam verdadeiras “ilhas de excelência produtiva” nos países de produtos minerais. Diferença gritante entre unidades produtoras e o resto da economia (heterogeneidade produtiva), sendo pequena a contribuição dessas unidades para a constituição de um mercado interno. (FURTADO, 1970)

O conjunto desses três tipos de países tem uma dependência em comum: demanda internacional. No que tange à Divisão Internacional do Trabalho, tudo o que acontece no centro dinamizador dessa DIT vai impactar em todo o resto da economia. Portanto, o cenário que se desenhava, bem como as tendências a longo prazo do período desde o final do século XIX até o fim da Primeira Guerra Mundial são:

1) Desorganização do comércio internacional: os países centrais estão demandando cada vez menos. Isso afeta os países que são fornecedores para os centros dinâmicos do mundo; se há essa desorganização, haverá uma retração na demanda. Toda a característica de oferta vista anteriormente, com suas repercussões nas técnicas de produção e no mercado interno, será impactada no ponto de vista da demanda;

2) Deterioração dos preços relativos dos produtos primários;

3) Alteração da composição do comércio internacional: substituição dos produtos primários por produtos intermediários/sintéticos. Com os avanços tecnológicos da primeira guerra, surgem produtos sintéticos que passam a substituir os produtos primários, de forma crescente;

4) Aumento de políticas protecionistas no cenário internacional.

Esse contexto, a partir dessas características, serviu para a construção da consciência política da América Latina. Essas tendências de longo prazo não reservavam um futuro promissor para os países da região, pelo contrário; ensaiavam um colapso econômico. (CERVO, 2007) Portanto, os países da região entraram em alerta, e chegaram à conclusão de que o paradigma liberal já não entregava mais os resultados desejados, que seria preciso superar a lógica de estruturação em termo da Divisão Internacional do Trabalho, que tinha um componente teórico fortemente vinculado àquilo que David Ricardo e Adam Smith discutiram acerca das vantagens absolutas e relativas dos países<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A teoria foi formulada por David Ricardo, que criou uma explicação sistemática em seu livro *Princípios de Economia Política e Tributação* (1817), no qual iniciou a análise do comércio

## 2.2 ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO

“O esquema analítico adequado para o estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento deve repousar sobre as noções de processo, estrutura e sistema” (SUNKEL y PAZ, 1970, p.37, tradução nossa)<sup>2</sup>, ou seja, não se admite que o subdesenvolvimento seja um momento na evolução contínua ou descontínua de uma sociedade econômica, política e culturalmente ilhada e autônoma. A Divisão Internacional do Trabalho, que vincula em funções específicas países centrais e países periféricos, pressupõem a argumentação da teoria liberal de uma cooperação. Ex.: um país latino-americano oferece insumos que serão transformados pelos países centrais e escoados para o resto do mundo como um produto industrial. Sem o insumo não existe distribuição deste produto.

À lógica da DIT, a cooperação eleva os países a um novo patamar de bem-estar social. Porém, as agregações de valor são distintas em cada etapa. Não há evolução de uma situação periférica para uma desenvolvida de forma natural, dentro do paradigma liberal. Todos os países do mundo estão “condenados” àquela função específica da DIT.

Sunkel continua: “[...] postulamos, baseamo-nos na observação histórica que o subdesenvolvimento é parte do processo histórico global de desenvolvimento” (SUNKEL y PAZ, 1970, p.37, tradução nossa)<sup>3</sup>. Não é aceito que o subdesenvolvimento seja um "momento" na evolução contínua (abordagem do desenvolvimento como crescimento) ou descontínua (abordagem do desenvolvimento como uma sucessão de estágios) de uma sociedade; pelo contrário, é sabido com base na observação histórica, que o subdesenvolvimento é parte do processo histórico geral do desenvolvimento, que subdesenvolvimento e desenvolvimento são dois lados do mesmo processo histórico universal.

---

internacional, o qual é regido por vantagens comparativas e não por vantagens absolutas como Adam Smith (1776) acreditava.

<sup>2</sup> “Un esquema analítico adecuado para el estudio del desarrollo y del subdesarrollo debe reposar por consiguiente, sobre las nociones de proceso, de estructura, y de sistema.”

<sup>3</sup> “[...] se postula basándose sobre la observación histórica sistemática, que el subdesarrollo es parte del proceso histórico global de desarrollo”.

## Sunkel afirma que os países centrais e periféricos

[...] estão vinculados funcionalmente, ou seja, interagem e se condicionam mutuamente e sua expressão geográfica concreta é observada em dois grandes dualismos: de um lado a divisão do mundo entre os estados industriais, avançados, desenvolvidos e centrais e os estados subdesenvolvidos, atrasados, pobres, periféricos e dependentes; o outro dualismo é a divisão dos estados em áreas, grupos sociais e atividades avançadas e modernas e áreas, grupos sociais e atividade atrasadas e defasadas. (SUNKEL y PAZ, 1970, p.37, tradução nossa)<sup>4</sup>

Essa passagem sintetiza o contra-argumento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) à Divisão Internacional do Trabalho e ao paradigma liberal-conservador. A insuficiência da teoria liberal aliada ao exemplo histórico da revolução industrial inglesa estabelece as bases nas quais o pensamento estruturalista latino-americano foi constituído. Octavio Rodriguez (2006) traz a concepção de centro-periferia, com algumas características a serem destacadas: a necessidade do exame do decurso histórico (evolução histórica); o desequilíbrio estrutural da balança de pagamentos, ou seja, o caráter deficitário da América Latina nos mercados comerciais internacionais; a deterioração dos termos de trocas; (PREBISCH, 1950) e a heterogeneidade produtiva (a coexistência de estruturas avançadas e rudimentares, a convivência do moderno com o atrasado). (OLIVEIRA, 2003)

A primeira demonstração da existência do subdesenvolvimento era a fragilidade que os países periféricos tinham em relação às condições de demanda internacional por seus produtos primários. Então o caminho óbvio era a busca por uma alternativa às exportações de produtos primários, pois mesmo sendo necessárias, sozinhas, não eram suficientes para dinamizar a economia e promover o crescimento. É quando começa de maneira ativa a busca por uma estratégia deliberada de industrialização. Sem a promoção desta não existiria possibilidade dos países da América Latina superarem essa condição de debilidade em relação ao

---

<sup>4</sup> “[...] están vinculados funcionalmente, es decir, que interactúan y se condicionan mutuamente y que su expresión geográfica concreta se observa en dos grandes dualismos: por una parte, la división del mundo entre los estados nacionales industriales, avanzados, desarrollados, “centros”, y los estados nacionales subdesarrollados, atrasados, pobres, periféricos, dependientes; y por la otra, la división dentro de los estados nacionales en áreas, grupos sociales y actividades avanzadas y modernas y en áreas, grupos y actividades atrasadas, primitivas y dependientes.”

resto do mundo. Esse é o principal recado do pensamento estruturalista cepalino. Entende-se que é preciso replicar o exemplo histórico da Inglaterra (respeitando-se os limites e possibilidades da região), para que essa dependência em relação às exportações fosse superada.

### **2.3 TRANSIÇÃO AO DESENVOLVIMENTISMO**

O abandono do paradigma liberal-conservador fez com que os países da América Latina adotassem certas políticas nos âmbitos interno e externo, considerando a emergência pela modernização para redefinição do aparato econômico dos países, tornando-se o principal objetivo da política exterior dos países latino-americanos a partir da década 1930.

De acordo com o argumento da CEPAL, essa modernização consistia na ampliação do bem-estar na sociedade aliada a industrialização, algo importante para futuro da região no ponto de vista de sua inserção internacional e sua repercussão no âmbito interno. Portanto, quando se fala de modernização na América Latina deste período remete-se diretamente à ideia de industrialização.

A necessidade de combate ao padrão de inserção internacional primária era urgente, bem como a necessidade de uma maior produtividade, visto que a inserção internacional pautada em produtos primários estava prejudicada pela deterioração dos termos de troca. Esse padrão primário refletia internamente nos países, onde se via uma grande defasagem tecnológica.

Os países da América Latina perceberam que medidas de intervenção só poderiam ser realizadas através do setor público, visto que o privado estaria obviamente comprometido com seus próprios ganhos e lucros. Porém, esse setor público só viabilizaria a modernização de fato se nele fossem instaladas forças sociais renováveis, pois no período prévio a 1930, tal setor era também comprometido com a lógica primário-exportadora, ou seja, com membros da burguesia comercial e classe latifundiária (CERVO, 2007).

O golpe político, ou Revolução de 1930<sup>5</sup>, fez com que novas forças sociais adentrassem a esfera de poder brasileira. A composição destas, no entanto, é bem diferente da anterior, com a presença das massas urbanas, da burguesia industrial, dos intelectuais e pela classe dos militares.

As massas urbanas eram as pessoas expulsas do campo e que procuravam nas cidades uma oportunidade de emprego e de vida melhor. Essas forças sociais já se verificavam no país, muito embora a presença delas tenha sido massificada a partir da década de 1950.

A segunda classe social que pressionou o Estado buscando a viabilização da modernização foi a burguesia industrial (ainda incipiente) junto às próprias massas de trabalhadores que adentravam o meio urbano. Essa classe (burguesia industrial) reivindicava do setor público políticas que os beneficiassem. Pleiteavam a instituição de um mercado interno e integrado, pensando na sustentação daquelas massas trabalhadoras que chegavam às cidades para trabalhar em seus empreendimentos, além de claro, aproveitarem o movimento de modernização econômica.

A terceira classe é a de intelectuais, que começaram a ver as possibilidades e as vantagens de instituir uma política de modernização econômica nos países. Um dos principais pensadores da época, Raúl Prebisch trabalhava no setor público e pôde iniciar o movimento de instituição de políticas voltadas à modernização em seu próprio país. Como membro da alta diretoria do Banco Central da Argentina, enxergou claramente a necessidade de conduzir nesse país uma política que estimulasse a industrialização.

A quarta e última classe, que também teve importância nesse momento foi a classe militar, que em alguns casos foi usada para sustentar o movimento de tomada forçosa de poder. Alegavam importância de engajamento no movimento por buscarem o fortalecimento da estrutura da defesa interna, que até então era inexistente. Entenderam que essa estrutura só poderia existir a partir da modernização da base econômica através da industrialização, chegando, quem sabe, até a fabricação de armas (instrumentos de defesa próprios). Ou seja,

---

<sup>5</sup> Revolução de 1930 foi o movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou no Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930, impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes e pôs fim à República Velha.

viabilização da modernização econômica através da industrialização, para se constituir um sistema de defesas interna. (FORJAZ, 1984)

Em razão disto, no transcorrer da década de 1930, começava, ainda que de maneira inconsciente, a se efetivar uma política destinada à intervenção estatal na esfera econômica com objetivo da industrialização. Inconsciência no sentido de que essas políticas se configuravam mais em uma resposta às externalidades do que em um projeto nacional (que só é realmente institucionalizado em 1950).

No Brasil, o governo federal procurava dirigir a economia por duas vias: investimentos públicos em setores considerados estratégicos, tais como a produção de aço (criação da Companhia Siderúrgica Nacional) e através de uma política fiscal e de controle do câmbio e das importações, buscando com isso estimular a produção interna.

Buscava-se, então, uma autonomia política e econômica. Os países latino-americanos, através da margem de manobra e atuação diplomática, na tentativa de superar a deterioração dos termos de troca, desenvolveram modalidades de acordos comerciais, as quais tinham por finalidade dar prioridade aos seus interesses. Essas modalidades de comércio eram: cláusula de nação mais favorecida; tratados de reciprocidade; e acordos de compensação comercial (AC).

O Brasil firmou, a princípio, um AC com a Alemanha, com objetivo de instalar sua base industrial. Como possui uma posição estratégica no meio do Atlântico, e à época uma grande produção de café (que era também responsável pela geração de divisas), buscou trocar sua posição estratégica e seus produtos por insumos tecnológicos.

No entanto, foi com os Estados Unidos da América que o Brasil conquistou a instalação de sua base siderúrgica, a partir da troca de bens como ração para soldados, roupas (fardas), e outros insumos. Pode-se analisar a partir desse ponto que se não fosse o contexto histórico de pré-guerra e de guerra propriamente dita, esses tipos de acordo não teriam sido firmados sem que houvesse retornos reais para as potências mundiais da época. Também fica claro o exercício da política pendular, decorrente de uma ação direta de Getúlio Vargas, que enxergou um

momento histórico propício à barganha, visto que os países centrais buscavam ampliar suas áreas de influência no globo. (MAGRO JUNIOR, 2004)

Os Estados Unidos eram os mais interessados nessa questão de área de influência, tanto por temer o comunismo, como pelo exercício de sua hegemonia regional. Buscavam uma unidade e alinhamento dos países da região e praticavam o que Cervo (2007) chama de “pan-americanismo estratégico de poder”, uma alusão adaptada (e deturpada) do Pan-Americanismo original de Simón Bolívar. Os EUA buscaram assegurar que na América Latina a conduta econômica não levasse a qualquer possibilidade de autonomia ou constituição de outras correntes do mercado regional. Na lógica do pan-americanismo político e estratégico, a América Latina deveria ser um território de reserva para os interesses dos Estados Unidos.

A arma encontrada pela América Latina para atuar visando seus interesses mesmo com a pressão estadunidense foi a diplomacia. Tendo o desenvolvimento como objetivo principal, a cooperação era uma resposta dos países latino-americanos ao fechamento de divisas, pois o contexto na década de 1930 era completamente desfavorável para aqueles que buscavam desenvolvimento (Grande Depressão, iminência de uma Segunda Guerra Mundial e desorganização do comércio internacional). Os termos de cooperação eram claramente definidos dentro do próprio continente, então a cooperação inter-regional era a possível saída para os países latino-americanos.

O Brasil por mais que testemunhasse um movimento de industrialização que promovia uma modernização de sua estrutura econômica, política e institucional, ainda precisaria se reportar a um país cujas condições socioeconômicas, políticas e institucionais eram mais avançadas. A Argentina nas décadas de 1920 e 1930 tinha o quinto maior PIB per capita do mundo<sup>6</sup>, tinha universidades de ponta, era culturalmente mais avançada e rica. A Argentina recebeu gente de diversos lugares, principalmente da Itália, pessoas estas que tinham um conhecimento prévio de processo de unificação econômica, conscientes da constituição de um mercado interno, sabendo dominar avanços do ponto de vista tecnológico e produtivo

---

<sup>6</sup> Fonte: Banco Mundial e Maddison Project. <https://www.nexojournal.com.br/grafico/2019/03/27/Quais-as-maiores-economias-do-mundo-de-1900-at%C3%A9-hoje> Acesso em: 22 de agosto de 2019.

associados à indústria. A Argentina também utilizava o capital inglês duplamente: empréstimo e tecnologia de implantação das ferrovias. (CANDEAS, 2010)

Mesmo com essas diferenças entre os países, o Brasil, por meio de sua diplomacia, conseguiu avanços nas relações com os demais países do continente (exemplos: construção do posto fluvial na fronteira com a Bolívia na ilha de Cárcere; devolução dos troféus de guerra e reaproximação com o Paraguai). Por outro lado, a percepção da Argentina sobre essa movimentação brasileira era de um ‘expansionismo político’ já que economicamente o Brasil não tinha condições de “sustentar” essas relações. (CERVO, 2007)

Enquanto a Argentina se colocava numa posição diferenciada, o Brasil se ampara numa proposta de ser uma alternativa política junto aos países centrais, numa lógica de cooperação e solidariedade, sem abrir mão dos interesses políticos de desenvolvimento regional. Enquanto a Argentina declarou neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil se aproveitou da margem de manobra da guerra para obter benefícios de ambos os lados.

O Brasil vislumbrava uma projeção política com ganhos econômicos, ainda que de forma não muito clara, e com isso, a manutenção das relações políticas brasileiras com os países da América Latina visava ganhos comerciais pela expansão do mercado. A forma como as relações latino-americanas se deram nessa época se basearam na cooperação com os países centrais e solidariedade continental, tudo isso sem perder os objetivos de desenvolvimento.

As principais dificuldades para cooperação encontradas no bloco, além do nacionalismo exacerbado (às vezes isolacionista), eram:

1) Restrições cambiais – dificuldade de obtenção de divisas, pelo contexto histórico de desorganização do comércio internacional;

2) Escassez de créditos comerciais – não existia dinheiro no mundo para ser emprestado para que relações comerciais fossem mantidas devido a Grande Depressão e a Grande Guerra;

3) Incipiente desenvolvimento industrial – não tinha indústria capaz de viabilizar a expansão da riqueza sem que fosse necessário recorrer ao mercado externo;

4) Deficiência e custos elevados de transportes para integrar o mercado regional. (NOIJE; PIRES, 2014)

Os países da América Latina passavam por um dilema: precisavam cooperar para avançar no objetivo de industrialização e desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que tinham qualquer tentativa de cooperação inibida por esses quatro pontos. Era necessária uma mudança mais efetiva para que esse cenário realmente viesse a se alterar.

### 3 O DESENVOLVIMENTISMO

No capítulo anterior tem-se o contexto de construção e os condicionantes do desenvolvimentismo na América Latina. Neste capítulo será abordado o auge do desenvolvimentismo (1947-1979), o momento de maior alcance do paradigma enquanto padrão de conduta nos países da região. Não significa dizer que a América Latina alcançou seu período de maior êxito. Da mesma forma que o desenvolvimentismo alcançou sucesso no ponto das políticas, os problemas também foram se avolumando de forma crescente, ou seja, se o resultado do desenvolvimento econômico na região trouxe conquistas nunca antes imaginadas, também trouxe e renovou uma série de problemas que a região experimentava até então, com destaque para restrição externa devido ao déficit no comércio exterior e ao endividamento externo, pela dependência de poupança externa; crise fiscal e hiperinflação.

A interpretação original da CEPAL acerca da transição da década de 1930 foi severamente criticada, pois não dava mais conta sozinha de tentar explicar a dinâmica de desenvolvimento da região. Surgiram outras teorias, com destaque na década de 1960 para as chamadas teorias da dependência<sup>7</sup>. Várias vertentes das teorias da dependência criticaram o enfoque da CEPAL (especialmente a marxista<sup>8</sup>) e propuseram uma nova linha de pensamento para interpretar as possibilidades concretas de desenvolvimento da América Latina.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as condições de desenvolvimento da região se alteraram. Entende-se que a partir disso, foi redefinida a lógica de acumulação de capital no mundo; foi oficializada a forma de que o lado capitalista da ordem bipolar teria que seguir para viabilizar a estratégia de desenvolvimento (MARGLIN e SCHOR, 1992). O dólar é a moeda de referência internacional e o padrão de intervenção estatal pautado no keynesianismo passaria a vigorar.

---

<sup>7</sup> A teoria da dependência dizia que existia uma tentativa de nova versão do modelo neocolonial, já descrito e conhecido desde o século XIX quando, então, o sistema político das nações hegemônicas impôs às ex-colônias um novo modelo socioeconômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante (MACHADO, 1999).

<sup>8</sup> A vertente marxista identificava uma incapacidade do processo de industrialização, por si só, resolver o problema da dependência e do subdesenvolvimento (BONENTE, 2014).

Keynes defendia a intervenção estatal na economia como um instrumento de alcance do pleno emprego e ampliação da renda<sup>9</sup>. A preocupação keynesiana era, basicamente, com a ampliação do PIB, da renda per capita, dos produtos agregados e das condições materiais da sociedade. Nada muito longe da ideia de ampliação da base material da sociedade, só que a América Latina acresceu a ideia de tecnologia, buscando qualificar o que se entende por desenvolvimento.

A América Latina transitava de uma industrialização “fácil” para uma industrialização “pesada”. A industrialização fácil referia-se àqueles setores da indústria cujo requerimento de máquinas e de capital para instalações de fábrica, era mínimo, como por exemplo, na fabricação de tecidos. A América Latina queria aprofundar sua industrialização no sentido de incorporar uma indústria pesada, porém a região carecia de investimentos siderúrgicos, investimentos na indústria automotiva, na química, os chamados setores produtores de bens duráveis e posteriormente chamados bens de capital.

A transição da industrialização leve para pesada não renovou somente os alcances, mas também os problemas. Problemas esses que podem ser classificados a partir de três dimensões básicas:

1. O padrão de inserção internacional da América Latina (primário-exportador): quais as variáveis devem ser consideradas no que tange a possibilidade de desenvolvimento?
2. Os condicionantes intrarregionais: quais foram as dinâmicas que apontaram para o auge do paradigma desenvolvimentista?
3. A ação estatal: posição política do país no âmbito doméstico e também na atuação nas instâncias de governança global.

Com o avanço da industrialização, o Brasil, por exemplo, consegue na década de 1950, a instalação de fábricas de automóveis, algo inimaginável vinte anos antes, pelo fato de só existir a produção de café e açúcar. Isso acontece porque existia a possibilidade de internalizar certos investimentos que estavam à disposição do mundo, dentro de um contexto muito particular, a ordem bipolar.

---

<sup>9</sup> FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Econ. soc.**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 425-447, Dezembro de 2010.

Não significa que foi um movimento fácil; a ordem bipolar tem uma característica muito particular: a obsessão dos EUA com a ascensão do comunismo. O comunismo era uma ameaça real à visão política dos EUA na forma com que eles conduziam sua política exterior. Para a América Latina, contudo era imaginável que a ordem bipolar facilitaria as coisas, ou seja, àquela ideia de margem de manobra poderia ser expandida.

A transição da indústria leve para a indústria pesada não resolveu um dos principais problemas do bloco, limitante no ponto de vista da inserção internacional, a vulnerabilidade externa. De acordo com os argumentos da CEPAL, dentro da ideia de deterioração dos termos de troca, não adianta insistir num padrão de inserção internacional exclusivamente pautado na exportação de produtos primários, porque o resultado é a redução do poder de compra dos países latino-americanos em relação aos países centrais. (CERVO, 2007)

A discussão sobre a vulnerabilidade externa persistia, mesmo após a CEPAL preconizar que com a instalação da indústria romper-se-ia essa lógica de deterioração dos termos de troca. O problema é mais amplo, e gira em torno de três pontos: tecnologia, necessidade de investimento, e importação de máquinas e equipamentos. Então, necessariamente, o movimento de industrialização renova a vulnerabilidade externa e conseqüentemente as necessidades de importação; se antes importavam-se máquinas mais simples, agora eram máquinas mais sofisticadas e caras.

Alguns críticos da teoria da CEPAL tentaram reduzir o seu poder explicativo, declarando que a teoria se pauta exclusivamente na substituição das exportações, o que não acontecia, pois a teoria da CEPAL era uma teoria de subdesenvolvimento, atrelava as estruturas internas dos países da América Latina aos condicionantes internacionais. Se essas estruturas internas se modificavam em função da instalação de uma indústria mais sofisticada, perguntava-se à CEPAL, qual é a situação de vulnerabilidade externa agora?

Se antes a maior limitação nascia da dimensão comercial, agora (na industrialização pesada) ela também é produtiva, porque não se tinha tecnologia. Continua comercial no que tange ao custeio de uma tecnologia importada mais cara, mas também financeira porque se tem a tomada de empréstimos para saltar etapas do movimento de industrialização.

A síntese da transição da industrialização leve para a pesada é diretamente ligada à inserção dos países no mercado internacional marcada pela necessidade de tecnologia e do capital estrangeiro visando a exportação de produtos, ou seja, os países deveriam continuar as exportações já existentes de matéria-prima e providenciar a industrialização. Esse era um momento de combinação de atuações buscando o desenvolvimento da industrialização nacional. Continua-se dependente das exportações de matérias-primas para obtenção de divisas, com a necessidade da obtenção de tecnologia importada dos países centrais, acrescida de empréstimos para conseguir colocar em prática a industrialização. (FURTADO, 1970)

Por se tratar de um processo novo e mais complexo para a realidade dos países latino-americanos, essa transição se tornou muito custosa e só foi permitida graças à multiplicidade de atores internacionais, dentre eles o próprio Estado. Isso criou novas necessidades a serem atingidas pelos governos em geral na década de 1930.

Tinha-se a necessidade de desenvolver tecnologia, obter capital e viabilizar o comércio, somente dessa forma se conseguiria desenvolver a base comercial chegando ao desenvolvimento. Esse panorama faz com que os países latino-americanos consigam dar um passo à frente, no entanto, os países centrais dão dez passos a mais, tornando assim o cenário internacional e o modelo de desenvolvimento pensado como algo inalcançável. A multiplicidade de atores foi fundamental para possível desenvolvimento desta vida nova inserção dos países através de barganha e principalmente da diplomacia.

Na década de 1960 chegou-se ao entendimento de que, uma vez que os países da América Latina precisavam de produtos industrializados, seria mais lucrativo desenvolver uma cooperação regional para conseguí-los. A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) em 1960 propõe essa cooperação. A lógica proposta era que se os países desenvolvidos não consumiam os produtos industrializados produzidos na América Latina os países menores da região deveriam comprá-los, numa lógica de replicação da centro-periferia dentro do próprio bloco. Brasil, México e Argentina eram os principais países da época e se beneficiariam com isso. (ARAÚJO e FERRARI, 2015)

Nesse contexto, Raúl Prebisch, teórico da CEPAL, foi convidado para liderar uma agência da Organização das Nações Unidas, que visava o desenvolvimento de uma cooperação entre países a nível global, a Conferência das Nações Unidas

sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Ela buscava a integração de países em desenvolvimento e países desenvolvidos, fazendo com que houvesse exportação do primeiro grupo ao segundo, com o objetivo de geração de divisas e consequente industrialização através da compra de máquinas e tecnologias. (COUTO, 2007)

Considerando características produtoras de cada país, retorna-se ao tema da heterogeneidade produtiva, que se baseava na coexistência de unidades produtivas avançadas e atrasadas. À época, todos os países da América Latina possuíam a mesma composição produtiva, coexistindo fábricas de ponta e pequenos produtores. Nesse contexto, a proposição feita pela CEPAL não conseguia entregar os resultados necessários, precisando ser repensada.

Nessa conjuntura, Cervo (2007) traz três características importantes que marcam o auge do paradigma desenvolvimentista: abertura do mercado para exportações que iam de encontro à vulnerabilidade dos países; obtenção de investimento (interno-direto e externo-direto/ciência e tecnologia); e acesso a recursos/crédito que garantisse aos países latino-americanos cobertura do déficit na balança de pagamentos. Esses recursos vieram de grandes bancos dos EUA, Banco Mundial e afins. (CURADO e CRUZ, 2008)

### **3.1 MODELO AUTONOMISTA**

A atuação dos Estados Unidos na América Latina à época era essencialmente relacionada à questão de segurança internacional, deixando outras pautas em segundo plano. Em virtude do desinteresse norte-americano no desenvolvimento econômico, passa a vigorar na América Latina um padrão de conduta denominado “modelo autonomista”. O projeto autonomista brasileiro buscou

[...] criar as condições para um desenvolvimento capitalista de caráter nacional. Assim, recomenda políticas desenhadas com vistas a aumentar o espaço de manobra das elites nacionais diante de um sistema global que impõe estritas amarras e tende a enquistar o país em sua posição de relativa dependência. [...] o projeto enfatiza a obtenção de meios para alavancar a capacidade brasileira de barganha, visando negociar em condições de menor desigualdade

diante das principais economias industriais. (SPEKTOR, 2015, p. 17-18<sup>10</sup>)

Nessa ideia de autonomia os países latino-americanos buscaram se vincular a quem possuía capacidade de geração de superávit comercial nas relações econômicas internacionais (quem detém capital, tecnologia...). Portanto, o modelo autonomista pressupõe um isolamento, e é por essa razão que as tentativas de integração da região falham no contexto do auge do desenvolvimentismo. (CERVO, 2007)

Com esse modelo de atuação, a integração regional só volta a ter lugar de destaque na agenda política latino-americana a partir dos anos 1980. Antes disso, com destaque, se teve a criação da ALALC e a união aduaneira entre Argentina e Chile, porém nenhuma dessas tentativas vigorou, muito em função das necessidades que cada um dos países da América Latina tinham, associados à estratégia de desenvolvimento pautada na industrialização. Ou seja, cada um desses países tinha uma necessidade muito clara e particular do ponto de vista das suas relações internacionais.

A vinculação das necessidades econômicas nas relações internacionais no período do auge desenvolvimentista está no tendencial isolamento de cada um desses países. Deste modo, cada país busca sua alternativa particularista. Entretanto, não se tratava de um isolacionismo radical em relação ao resto do mundo e sim de um isolamento em relação ao propósito prévio de integração da região.

Em razão disto, entrou em vigor a chamada diplomacia da obstrução (1946-1955), que nada mais era que o boicote mútuo entre Brasil e Argentina nas relações exteriores para com o bloco latino-americano (SPEKTOR, 2002). Por exemplo, se o Brasil realizasse uma atividade diplomática que fosse percebida pela Argentina como expansionista, a Argentina iria de todas as formas tentar conter esse avanço brasileiro.

Dessa forma, como alternativa, os países da região buscaram relações bilaterais com outros países do mundo, principalmente com os EUA, ainda que a posição norte-americana fosse de centralizar suas questões de segurança internacional. Ao mesmo tempo em que a ideia da autonomia econômica e política

---

<sup>10</sup> Capítulo 1 do livro “*Política externa, espaço e desenvolvimento*”, organizado por Aristides Monteiro Neto.

vigorava na América Latina para o desenvolvimento dos estados, ela também poderia ser vista pelo lado da interrupção do desenvolvimento de outro. Os EUA acabaram sendo bastante beneficiados desse tipo de atuação, visto que o bloco latino continuava desarticulado e dependente de seus recursos.

Do ponto de vista de marca que a política externa da América Latina deixa no mundo nesse período (décadas de 1960 e 1970), é a da política externa independente, que embora fosse ativa e autônoma, não entregava os resultados necessários para o processo de desenvolvimento econômico. Algumas características dessa política externa são: desarmamento das nações (proposta); autodeterminação dos povos e não intervenção; ampliação do mercado externo brasileiro; apoio à descolonização da África. (CERVO, 2007). Ou seja, todas essencialmente desconectadas da dimensão econômica. Foi nessa época que América Latina e Brasil ficaram conhecidos pela sua colocação pacífica nas relações econômicas internacionais.

No período anterior à Segunda Guerra Mundial, a América Latina logrou muitas conquistas, principalmente ao executar as estratégias de desenvolvimento que levaram a modernização do parque econômico, buscando de maneira concreta a superação do subdesenvolvimento. Contudo, essas estratégias tiveram que passar por uma renovação devido aos fatores do pós-guerra e esse movimento de superação foi enfraquecido; houve uma alteração decrescente da margem de manobra.

Mesmo com essa margem de manobra menor, ainda se insistia na conquista do mercado norte-americano, tanto para exportação de produtos, quanto para obtenção de insumos tecnológico-produtivos. Por mais que se tivesse avanço do ponto de vista da autonomia política, diplomática e em parte econômica, ainda éramos frágeis do ponto de vista internacional.

Apesar disso, a América Latina relutava em aceitar deliberadamente os desígnios norte-americanos, principalmente à abertura plena e irrestrita do mercado. Os EUA buscavam além dessa abertura, a desregulação da remessa de capitais, em suma, o livre-comércio ante os modelos de acordos de compensação comercial previamente firmados. Porém, como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, essa lógica liberal já havia predominado na maior parte do tempo no bloco latino-americano e era sabido pelos países que ela impedia a transformação da economia e portanto, a modernização.

As relações com os EUA caracterizaram-se num dilema entre a autonomia e a dependência, que se expressava em virtude da inviabilidade política da integração regional. E também, negligência dos EUA quanto ao atendimento dos interesses regionais, vista na proposta de adesão ao livre-comércio.

### **3.2 EM BUSCA DE UMA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO**

O processo de industrialização tinha um problema no que tange ao aprofundamento e modificação qualitativa da situação de vulnerabilidade externa da região. O padrão de industrialização modificado, como indústria pesada, levava os países da América Latina a um padrão de relacionamento internacional diferenciado.

Então, a integração se lança como uma alternativa de superação dos limites da vulnerabilidade externa nas relações com os países centrais. Mais que uma alternativa, a integração regional torna-se uma estratégia diplomática que permitia certo bloco de países se isolarem (desta vez, em um arranjo específico) e se protegerem em relação ao resto do mundo. Começava a efervescer na América Latina um sentimento de que a integração era um processo possível para viabilizar o processo de industrialização.

A integração se traçaria em dois pilares principais: físico e comercial (BUENO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2014). A integração física diz respeito, de maneira geral, à questão da infraestrutura, como por exemplo da ligação rodoviária e da produção de recursos estratégicos de maneira conjunta pelos países da região; e a exploração do Rio da Prata. Esse é o período de transição dos anos 1960 para 1970, com a década de 1970 se destacando pelas crises do petróleo. Então a ideia da integração latino-americana já possuía uma previsibilidade em relação à dependência que a industrialização tinha em recursos petrolíferos; por razões óbvias, o paradigma energético da industrialização estava pautado no petróleo (BEM, 2003). A integração comercial teve a ALALC como principal proposta, porém esbarrou nas diferenças existentes entre os níveis de desenvolvimento dos países da região e o receio dos menores deste grupo de que fosse replicada na América Latina uma nova de lógica centro-periferia nos termos da DIT.

A integração representava em última instância a continuidade do projeto de modernização econômica regional. Contudo, havia a necessidade de mais dinheiro,

mercados e tecnologias que não se tinha na região. No mesmo período um dos principais movimentos políticos da América do Sul era o da diplomacia de obstrução, que só atrasava esse objetivo último de industrialização.

A relação entre Brasil e Argentina ganha novo rumo com a chegada do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) ao poder no Brasil. Ele percebe que o tipo de política adotada era pungente para ambos os lados.

[...] Ernesto Geisel fazia uma avaliação crítica do estado das relações internacionais do Brasil. Para ele, o país tinha condições de arquivar as duas experiências históricas que tradicionalmente impuseram limites estreitos à capacidade brasileira de manobra no exterior: o laço de dependência política dos Estados Unidos e a postura preventiva nos negócios com a Argentina. Nos primeiros meses de 1974, Geisel planejou a reversão desse quadro. [...] Os primeiros discursos oficiais sinalizavam claramente que haveria uma redefinição de prioridades no perfil internacional do país, sem, contudo, oferecer detalhes concretos. (SPEKTOR, 2002, p. 129).

Um dos principais teóricos das relações internacionais, Jean Baptiste Duroselle aprimorou em uma de suas obras intitulada *“Todo império perecerá”*<sup>11</sup> um conceito que caracteriza a posição dos países da América Latina no auge do desenvolvimentismo: o conceito de forças profundas. Refere-se àquelas características enraizadas em determinadas sociedades e que explicam determinadas condutas que elas praticam. Para entender a ideia desse termo, nada melhor que dizer que a ideia de desenvolvimento econômico era a força profunda na América Latina desde 1930.

Mesmo inviabilizando a integração regional em função da diplomacia de obstrução, tudo isso encontrava uma justificativa na força profunda da ideia de desenvolvimento econômico, ou seja, o desenvolvimento econômico para ser alcançado, em alguns casos era usado como argumento para justificar o isolacionismo de certos países da América Latina.

---

<sup>11</sup> DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Sequeira Magalhães, Brasília: Edunb, 2000; 483 p. Coleção *Relações Internacionais*.

### 3.3 DESACELERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

No contexto pós Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos da América, que venceram a guerra, despontam como o principal financiador mundial dos países devastados, a partir do Plano Marshall<sup>12</sup> na Europa, e como atores fundamentais no milagre econômico japonês<sup>13</sup>. O financiamento estava disponível apenas para áreas geográficas selecionadas por parte dos norte-americanos. O que implica dizer que aquele modelo autonomista que caracterizou o auge do paradigma desenvolvimentista na América Latina forçou uma captação de recursos para que a industrialização fosse levada adiante na região.

Quando se fala em disponibilidade de financiamento, deve-se lembrar que existem duas fontes deste, financiamento público, portanto oferecida com uma taxa de câmbio definida pelos interesses do estado norte-americano, essa por sua vez direcionada majoritariamente para a Europa e Ásia; e a segunda fonte no aparato privado norte-americano (financiamento privado), que foi onde a América Latina conseguiu, em parte, certos recursos.

Entre 1945-1970 a América Latina foi destino de recursos escassos de financiamento por parte dos países centrais, leia-se Estados Unidos. Além disso, esses recursos tinham uma característica muito clara de repasses de investimento externo-direto, ou seja, não vinham necessariamente na forma financeira, mas assumiam a forma de plantas industriais.

Entre 1970-1980 esse quadro sofre uma alteração, que é justamente na década de 1970 que o sistema de Bretton Woods começa a se desestruturar. Essa desestruturação tem muita relação com a capacidade de controle de fluxos de capital dos EUA e dos mecanismos e organismos políticos internacionais da época. A partir de 1970 ficava claro, do ponto de vista do sistema interestatal e dos organismos políticos internacionais, que os controles de capital não eram mais efetivos para direcionar recursos a uma ou outra parte do globo. A Europa já tinha se recuperado, e já se vivenciava, por exemplo, os choques do petróleo de 1973 e 1979.

---

<sup>12</sup> O Plano Marshall foi o principal plano econômico-político dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.

<sup>13</sup> Os Estados Unidos forneceram assistência política e concederam créditos para a reconstrução do país não somente para democratizá-lo, mas também para impedir o ressurgimento do militarismo, do antiamericanismo e a ascensão do comunismo no Japão.

Então de uma hora pra outra o mundo começou a ter grandes quantidades de capital, de dinheiro disponível pra financiar àquelas estratégias que a América Latina, por exemplo, já tentava viabilizar de longa data. Essa disponibilidade de recursos foi aproveitada pela maior parte dos países do bloco latino-americano, porém, do ponto de vista macroeconômico, têm-se mais uma vez a ideia de endividamento.

O mundo resolveu que existiam recursos sobrando para serem aplicados em diversas localidades do mundo. A América Latina se candidatou a obter esses recursos financeiros oriundos dos países centrais, e se endividou, com uma finalidade específica, dar prosseguimento ao processo de industrialização.

O desenvolvimento latino-americano também fica ofuscado se comparado com os países asiáticos que começaram a receber recursos na época.

[...] dois fatores contribuíram para ofuscar o desempenho da América Latina entre 1950 e 1980. Um é a dramática reversão deste desempenho na década de 80. A América Latina retroagiu nesta década, com o produto caindo à taxa de 1,4% [...]. Até 1988, com exceção do Brasil, Chile, Colômbia e República Dominicana, o pib per capita de todos os países da região tinha caído abaixo do nível de 1980. Venezuela, Nicarágua e El Salvador mostravam níveis abaixo daqueles alcançados em 1960. A década de 80 foi verdadeiramente uma década perdida. Conseqüentemente o progresso anterior é subestimado. A segunda circunstância que contribui para a subestimação do desempenho da economia latino-americana no período 1950-1980 é o rápido crescimento dos países asiáticos. Liderada por quatro países de industrialização recente (Coréia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Formosa [Taiwan]) a Ásia saltou a frente nos anos 80, com uma taxa média anual de crescimento da renda per capita acima de 5%. O contraste entre a Ásia e a América Latina nos anos 80 é interpretado como a prova dos erros da estratégia de substituição de importações, favorecida pela América Latina durante boa parte do período pós-guerra. Esta estratégia enfatizava a industrialização baseada na intervenção governamental e nas barreiras ao comércio. (CARDOSO E FISHLOW, 1990, p. 311-312).

Com esse cenário de canalização dos recursos da América Latina para fora via endividamento e automaticamente financiamento dos países centrais, chega-se à conclusão de que o paradigma desenvolvimentista já não era mais viável para a região. No passado, havia a lógica de transição da diplomacia da agroexportação à desenvolvimentista pela internalização dos ganhos, por uma autonomia decisória política e econômica, porém, com saída destes recursos, a estratégia de industrialização e modernização do aparato econômico fica esvaziada.

#### 4 O NEODESENVOLVIMENTISMO

O bloco latino-americano esteve bastante tempo sob as políticas e influências neoliberais. Também é a região onde essas reformas e políticas foram mais internalizadas. No final dos anos 1990, líderes políticos da esquerda, que pregavam o nacionalismo econômico começam a ascender ao poder na região. No entanto, uma nova escola de pensamento econômico baseada em um novo conceito de "macroeconomia do desenvolvimento estruturalista" foi debatida, e as 'Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo' são hoje uma alternativa ao Consenso de Washington<sup>14</sup>. (BRESSER-PEREIRA, 2012).

Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), quando eleito, prometeu "apagar o entulho getulista desse país"<sup>15</sup> (que conseguiu na época do Estado Novo importantes conquistas), justificando que as políticas adotadas eram antiquadas; contudo, a ideia foi à cabo. Na transição das décadas de 1990-2000 irrompe uma onda de eleições de governos progressistas que não aceitam imposições de fora pra dentro e que procuram negociar posições políticas de dentro pra fora na região (CERVO, 2007). Mudança refletiu na diplomacia da região e permitiu a Amado Cervo perceber um novo paradigma de relações exteriores, o abandono do Estado Normal e a chegada do Estado Logístico (neodesenvolvimentismo).

Enquanto o estado liberal atua com bases no liberalismo econômico, o estado mínimo, e a não intervenção na economia, o estado nacional-desenvolvimentista intervém diretamente na economia para promoção do desenvolvimento econômico. O nacional-desenvolvimentismo não passou por consenso prévio, só tornou-se democrático porque conseguiu promover a revolução nacional e industrial nos países. O estado nacional-desenvolvimentista é economicamente nacionalista porque pressupõe dependência econômica dos países ricos - uma subordinação que considera o principal obstáculo ao crescimento econômico. (BRESSER-PEREIRA, 2012).

---

<sup>14</sup> O Consenso de Washington é uma combinação de medidas importantes - que consistem em dez regras básicas usadas para consolidar o receituário de caráter neoliberal.

<sup>15</sup> DÓRIA, Palmério; **O príncipe da privatária**: A História Secreta de Como O Brasil Perdeu Seu Patrimônio e FHC Ganhou Sua Reeleição. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

O surgimento do termo 'neodesenvolvimentismo' está diretamente ligado aos períodos anteriores vivenciados no bloco latino-americano. O prefixo neo vem como diferenciação e delimitação de que esta nova política surgia em pleno período neoliberal; e o desenvolvimentismo como forma de resgate ao tempo onde a modernização econômica e busca pelo desenvolvimento econômico era o carro-chefe da política governamental.

Bresser-Pereira (2012) diz que “o novo desenvolvimentismo não é apenas uma lista de políticas. É uma estratégia de desenvolvimento nacional informal.” Informal no sentido de que não foi colocado pelo estado em um formato de imposição, e sim adotado de maneira livre pela própria sociedade. Sociedade esta que no caso brasileiro, estava descontente com os rumos e políticas tomadas pelos governos neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003).

O neodesenvolvimentismo traz a recuperação da autonomia decisória do país, ou seja, o estado volta a ter independência na definição das suas políticas internas e externas, buscando viabilizar os seus interesses, com o cálculo estratégico desse período levando em conta esses interesses requeridos pela sociedade.

Então pode-se dizer que no neodesenvolvimentismo a política exterior está voltada mais uma vez para a representação dos interesses nacionais, que desta vez vão além do desenvolvimento industrial; transborda para os serviços, agricultura, dentre outros. Não há interesses privilegiados, não há um interesse se sobrepondo a outro; os interesses são todos. No paradigma liberal-conservador o interesse era primário-exportador, no desenvolvimentista era industrial, no logístico são todos. A diplomacia trabalha para fortalecer o ambiente de negócios, buscando a tecnologia dos países centrais para modernização do aparato produtivo.

No que diz respeito aos padrões de conduta do neodesenvolvimentismo se tem a construção de meios de poder, associado a um movimento doméstico de fomento à geração de emprego e renda, e à construção de universidades; ou seja o setor público em parceria com o setor privado viabilizando a expansão do bem-estar da sociedade, a fim de propiciar um posicionamento mais fortalecido do país e da própria sociedade; a criação de vantagens comparativas, e aposta forte nos setores

do futuro, sobretudo aqueles vinculados à ciência, tecnologia e inovação. O neodesenvolvimentismo tem como fim último a internalização de ganhos.

Nesse quesito de internalização dos ganhos, uma classe que foi extremamente beneficiada nos governos Lula da Silva foi a burguesia interna, que contou com

[...] (i) o apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior; (ii) a prioridade para os seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul-Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). (BOITO JR, 2013, p. 34-35).

Boito Jr. (2013) apresenta seis características que ele diz ser as principais diferenças entre o neodesenvolvimentismo e o nacional-desenvolvimentismo.

[o neodesenvolvimentismo] (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veledade de agir como força anti-imperialista. Todas essas seis características, que se encontram estreitamente vinculadas umas às outras, fazem do neodesenvolvimentismo um programa muito menos ambicioso que o seu predecessor, e tais características advêm do fato de o neodesenvolvimentismo ser a política de desenvolvimento possível dentro dos limites dados pelo modelo capitalista neoliberal. (BOITO JR, 2013, pág. 32).

No caso brasileiro existe uma continuidade em relação à política econômica do governo FHC. A manutenção do tripé macroeconômico acentua a característica mais “neoliberal” do neodesenvolvimentismo. Por exemplo, utilizar a política monetária para o objetivo do controle da inflação é uma política monetarista, não keynesiana. Da mesma forma o equilíbrio fiscal como objetivo.

#### 4.1 NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO ÀS AVESSAS DO GOVERNO LULA

A ideia do neodesenvolvimentismo como resgate dos preceitos nacionais-desenvolvimentistas, não ocorre para alguns autores. Sampaio Jr. (2012) diz que a “pretensão do neodesenvolvimentismo de pleitear a continuidade do desenvolvimentismo não encontra nenhum fundamento objetivo”. Gonçalves (2012) diz que o que ocorre é um “nacional-desenvolvimentismo às avessas”, pois se tem a inversão conceitual em vários pontos ditos comuns dos dois períodos.

**Quadro 2 - Características do nacional-desenvolvimentismo e do nacional-desenvolvimentismo às avessas do Governo Lula.**

Nacional-desenvolvimentismo	Nacional-desenvolvimentismo às avessas - Governo Lula
Industrialização	Desindustrialização
Substituição de importações	Dessubstituição de importações
Melhora do padrão de comércio	Reprimarização das exportações
Avanço do sistema nacional de inovações	Maior dependência tecnológica
Maior controle nacional do aparelho produtivo	Desnacionalização
Ganhos de competitividade internacional	Perda de competitividade internacional
Redução da vulnerabilidade externa estrutural	Crescente vulnerabilidade externa estrutural
Desconcentração de capital	Maior concentração de capital
Subordinação da política monetária à política de desenvolvimento	Dominação financeira

Fonte: GONÇALVES, 2012. Elaboração do autor.

Sampaio Jr. (2012) fala que os entusiastas do neodesenvolvimentismo são adoradores do *status quo*, que não tem comprometimento com as bases e preceitos

reais do desenvolvimentismo cepalino. O que se tem é o fomento do extrativismo e o incentivo ao agronegócio priorizado frente à própria industrialização, o que caracteriza uma incoerência.

Gonçalves (2012) apresenta alguns indicadores relacionados às características do nacional-desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo. Quanto à estrutura produtiva tem-se uma desindustrialização e dessubstituição de importações. A participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto no Brasil teve redução de 18% em 2002 para 16% em 2010, e a participação do Brasil no valor adicionado da indústria de transformação mundial caiu de 2,5% no período 1990-99 para 2,3% em 2000-2007. Quanto a dessubstituição de importações, um dos fatores que contribuem é a liberalização comercial.

Em relação ao padrão de comércio se tem uma reprimarização das exportações. A reprimarização ocorre num contexto de *boom* das *commodities*, que perdura quase todo o Governo Lula. A presença de produtos dotados de alta tecnologia sofre redução de 13,1% em 2002 para 8,8% em 2006 e 8,1% em 2010 enquanto a participação de produtos das indústrias “leves” aumenta de 21,7% em 2002 para 24,2% em 2006 e 25,1% em 2010. (GONÇALVES, 2012). Com isso, se tem também o aumento da dependência tecnológica e a perda de competitividade internacional.

Existe também o aumento do passivo externo, principalmente com a desaceleração do *boom* das *commodities*. Passa de US\$ 343 bilhões em 2002 para US\$ 1294 bilhões em 2010. Apesar do aumento das reservas internacionais brasileiras, que chegam a casa dos US\$ 300 bilhões, o valor ainda é três vezes menor que o passivo. Esses números podem trazer um colapso econômico no futuro. (GONÇALVES, 2012).

Existe um cenário de concentração de capital e de dominação financeira, com o aumento desenfreado de lucros dos bancos que chegam a superar o crescimento das 500 maiores empresas do Brasil. “Os bancos se beneficiam da leniência do Banco Central, e da certeza da impunidade e da política monetária restritiva caracterizada por elevadas taxas de juro”(GONÇALVES, 2012, p.22). Em resumo, o que se tem é um cenário de fragilidade nos pilares do estado brasileiro. Isto ocorre

em todas as esferas: comercial, tecnológica, produtiva e financeira. “São cometidos erros estratégicos que comprometem estruturalmente o desenvolvimento do país no longo prazo” (p. 24).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nacional-desenvolvimentismo representou uma ruptura paradigmática na economia brasileira. Levou em consideração o contexto prévio à década de 1930, uniu teoria e prática e foi um movimento positivo no que diz respeito à internalização de ganhos para o estado até a década de 1980, tanto que alguns teóricos buscam nesse período diretrizes para a economia nos dias de hoje, como no caso do neodesenvolvimentismo.

A grande crítica ao neodesenvolvimentismo foi o não aproveitamento em sua totalidade das condições favoráveis de mercado encontradas pela América Latina no *boom* das *commodities* da década de 2000. A América Latina conquistou um grande aporte financeiro, por meio das divisas oriundas do agronegócio. Esperava-se, portanto, que esse contexto internacional favorável fosse colocado em prol de um projeto de industrialização plena e tecnologia, o que não aconteceu. Houve avanços na esfera social como nunca; também se teve avanços tecnológicos dentro do próprio sistema do agronegócio, para uma produção em larga escala; Mas, como é sabido e foi explicitado neste trabalho, pelo contexto das trocas desiguais, esses produtos não têm capacidade de concorrer com produtos de alto valor agregado e dotados de tecnologia do centro. O agronegócio não emprega mão de obra especializada, os salários são baixos e a estrutura fundiária brasileira é fortemente concentrada e voltada para o mercado externo.

Faltou ao neodesenvolvimentismo um olhar analítico ao percurso histórico acumulado, algo parecido ao que o estruturalismo cepalino pregou à época do desenvolvimentismo. As adversidades externas (multiplicidade de interesses, atores) devem ser consideradas, mas não culpabilizadas em totalidade pelo fracasso do projeto de modernização econômica da América Latina. No caso brasileiro, a fragilidade das instituições aliada à falta de articulação e interesse do governo Lula impediu a manutenção e progressão de um bem-estar social coletivo.

## 6 REFERÊNCIAS

A. CARDOSO, Eliana; FISHLOW, Albert. Desenvolvimento econômico na América Latina: 1950-80. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 311-336, jul. 1990.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.) **Sessenta anos de política externa brasileira**. Crescimento, modernização e política externa; Diplomacia para o desenvolvimento. São Paulo: USP, 1996. 2v.

BEM, J. S. D. **Estado e Economia na América Latina**: A construção do pensamento neo-estruturalista cepalino. Porto Alegre, PPGE-UFRGS, 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

BOITO JR., A. **A burguesia no Governo Lula**. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

BOITO JR., Armando; BERRINGER, Tatiana. **Brasil**: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, set. 2013.

BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. 1. Ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2016.

BRASIL ESCOLA. **Revolução de 30**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/revolucao-30.htm>. Acesso em: 29 out. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A quase-estagnação brasileira e sua explicação novo-desenvolvimentista**. *Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-15, mai./2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12062>>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** FGV, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-24, mar. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. **Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina?** Econ. soc., Campinas, v. 21, n. spe, p. 811-829, dez. 2012.

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. **Uma Perspectiva de Longo Período sobre a Integração Latino-americana Vista pelo Brasil.** Contexto int., Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 549-583, Dec. 2014 .

CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil-Argentina:** História de uma ideia na "visão do outro". 2. ed. Brasília: FUNAG, 2017.

CERVO, Amado Luiz. **Política de comércio exterior e desenvolvimento:** a experiência brasileira. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 40, n. 2, p. 5-26, Dec. 1997 .

CERVO, Amado Luiz. **Relações internacionais da América Latina:** velhos e novos paradigmas. Editora Saraiva, 2ª edição, 2007;

CERVO, Amado. **Política exterior e relações internacionais do Brasil:** enfoque paradigmático. Rev. bras. polít. int. vol.46 no. 2. Brasília, 2003.

COUTO, Joaquim Miguel. **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch.** Econ. soc., Campinas, v. 16, n. 1, p. 45-64, abr. 2007.

CURADO, Marcelo; DA CRUZ, Marcio José Vargas. **Investimento direto externo e industrialização no Brasil.** Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro , v. 12, n. 3, p. 399-431, Dec. 2008.

DÓRIA, Palmério. **O príncipe da privatária:** A História Secreta de Como O Brasil Perdeu Seu Patrimônio e FHC Ganhou Sua Reeleição. 1. Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá.** Teoria das relações internacionais. Tradução de Ane Lize Spaltemberg de Sequeira Magalhães, Brasília: Edunb, 2000; 483 p. Coleção Relações Internacionais.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Keynes: o liberalismo econômico como mito**. Econ. soc., Campinas, v. 19, n. 3, p. 425-447, dez. 2010.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Industrialização, estado e sociedade no Brasil (1930-1945)**. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 24, n. 3, p. 35-46, set. 1984.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: Formação histórica e problemas contemporâneos**. 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 34ª edição, 2007;

GIAMBIGI et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas**. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, no 31, p. 5-30, fevereiro 2012.

LIMA, E. C. DE; OLIVEIRA NETO, C. R. DE. **Revolução Industrial: considerações sobre o pioneirismo industrial inglês**. Revista Espaço Acadêmico, v. 17, n. 194, p. 102-113, 6 jul. 2017.

MACHADO, Luiz Toledo. **A teoria da dependência na América Latina**. Estud. av., São Paulo, v. 13, n. 35, p. 199-215, Abril 1999.

MAGRO JUNIOR, Breno Simões. **Política pendular em relações internacionais na Era Vargas de 1930 a 1945: o comércio exterior à luz da teoria política de ator racional**. 2004 107 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

MARGLIN, Stephen A.; SCHOR, Juliet. **The Golden Age of Capitalism: Reinterpreting the Postwar Experience (WIDER Studies in Development Economics)**. 2. ed. Oxford: Clarendon Press, 1992.

MARIANO, MP. **Autonomia e desenvolvimento na política externa brasileira.** A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 37-65.

MATTEI, Lauro. **Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina:** Uma Análise Histórica Comparada. Revista de Economia, v. 35, n. 1 (ano 33), p. 93-115, jan./abril 2009.

MUÑOZ, Heraldo. **El estudio de las políticas exteriores latinoamericanas:** temas y enfoques dominantes. Estudios Internacionales, Chile, v. 20, n. 80, p. 406-434, out./1987.

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Brazilian Journal of Political Economy, vol. 28, no 1 (109), p. 72-96, Janeiro-março, 2008.

NOIJE, Paulo van; PIRES, Júlio Manuel. **Restrição de divisas e política cambial no Brasil no pós segunda guerra mundial.** Pesquisa e Debate, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 112-134, 2014.

OLIVEIRA, C. A. B. **Processo de industrialização:** do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo, Editora UNESP, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** O ornitorrinco. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, Dez. 2012.

SPEKTOR, Matias. **O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração:** a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 45, n. 1, p. 117-145, June 2002.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo.** 1. ed. Chile: Siglo XXI de España Editores, S.A., 1973.

VALVERDE, Rosembergue; OLIVEIRA, Rosenildes. **Primarização da Pauta de Exportações, Desindustrialização e Doença Holandesa no Brasil.** 2ª Conferência do Desenvolvimento (CODE/IPEA). Brasília, 2011.